

RESENHA

**CESARINO, Leícia. O mundo do avesso: verdade e política na era digital.
São Paulo: Ubu Editora, 2022, 300 p.**

Lorena Bezerra

Mestra em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

E-mail: l.bezerra1900@gmail.com

Áltera, João Pessoa, Número 15, 2023, e01503, p. 1-10

ISSN 2447-9837



O livro *O mundo do avesso: verdade e política na era digital* foi publicado no ano de 2022 pela professora e pesquisadora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Letícia Cesarino, pesquisadora dos estudos sociais de ciência e tecnologia e da antropologia digital. O texto nos apresenta uma explicação propriamente cibernética para a atual crise de confiança social na ciência e na política, nos termos da própria autora, propiciada pela infraestrutura técnica das novas mídias, em especial, a partir da plataformização da internet.

A obra é dividida em duas partes, além da introdução e das conclusões. Na primeira, Cesarino discorre sobre as bases teóricas para o desenvolvimento dos seus principais argumentos. Já na segunda, segmentam-se duas seções: uma versa sobre a “política” a partir da proliferação dos populismos digitais, enquanto a outra se constitui por meio de uma discussão sobre pós-verdade, teorias conspiratórias e *alt-sciences* (ciências alternativas), que florescem nas plataformas. Sua pesquisa empírica nas redes se iniciou na época da campanha eleitoral de 2018, que chamou sua atenção graças ao crescimento do bolsonarismo político na internet, movimento que ressoa e se intersecta com os fenômenos mencionados do populismo digital e das variadas modalidades de teorias conspiratórias e *alt-sciences*.

A principal influência teórica da autora foi, desse modo, o antropólogo britânico Gregory Bateson, que propunha uma perspectiva cibernética interdisciplinar para a antropologia já nos anos 1940. A área da cibernética foi originalmente descrita pelo matemático Norbert Wiener como uma ciência que buscava explicar a lógica transversal das formas de comunicação e controle que envolvem máquinas, humanos, bem como outros seres vivos. Essa definição básica pode ser observada nos estudos cibernéticos realizados por Bateson, que analisavam essas lógicas de comunicação e controle.

A análise parte desse legado, refinando-o em novas direções a partir do diálogo com as várias vertentes teóricas e os desdobramentos históricos da cibernética e de outros campos do saber, das ciências humanas às naturais e exatas. Essa convergência não é aleatória. Ancora-se, antes, como explica a autora, numa homologia fundamental entre o funcionamento maquínico, via *feedbacks*, em especial, de computadores e o da mente humana e de outros mamíferos sociais, em um plano que Bateson nomeou de processos primários, ou seja, no nível pré-consciente do hábito incorporado e, portanto, automático.

Esse *insight* fundamenta os desenvolvimentos posteriores da cibernética, que se dividiu, no pós-guerra, entre linhas voltadas ao entendimento do comportamento humano e outras ligadas à indústria *tech* e militar. Mas o que antes se tratava apenas de analogia, segundo Cesarino, foi se tornando mais literal na coprodução das mídias



e da psique individual. Por um lado, porque as novas tecnologias se utilizavam de conhecimentos interdisciplinares sobre aquela última para influenciar o comportamento dos usuários e, por outro – esta é uma hipótese da autora tão ousada quanto interessante –, porque no uso da internet, os usuários tendem a reduzir seu raciocínio a procedimentos algorítmicos próximos aos processos primários do tipo “Se... Então...”. Por exemplo: “Se a esquerda falou, então é mentira”.

Nesses termos, a pesquisa de Cesarino materializou um esforço analítico notável, ao não se contentar em questionar nominalmente o divisor natureza/cultura, mas transcender a simples constatação, arriscando-se a identificar analogias e trazer modelos científicos não determinísticos, para auxiliar na compreensão das causalidades complexas e não lineares envolvidas em fenômenos como os populismos digitais, conspiracionismos, negacionismos, bem como a radicalização política em todo o globo, que tomou relevo no Brasil por meio, sobretudo, do bolsonarismo.

Nesse sentido, ela nos convida a um retorno crítico à vocação integrativa da antropologia, referindo-se ao que ficou conhecido em nossa área como os *four fields*: antropologia cultural, antropologia linguística, antropologia física e arqueologia, já que a nossa tradição intelectual tem enfatizado apenas a dimensão sociocultural. Unem-se assim os planos socioculturais, os da aprendizagem técnica incorporada e de suas materialidades presentes e passadas, os das bases cognitivas e linguísticas, bem como do fundo biológico de nossa herança evolutiva na abordagem antropológica.

Sob esse olhar integrativo, podemos compreender mais adequadamente o argumento central da antropóloga de que a infraestrutura das novas mídias contém, em seu próprio *design*, vieses que são favoráveis às forças antiestruturais de públicos periféricos na *web*, que se contrapõem ao que é percebido como *establishment* – seja a mídia *mainstream*, como os veículos convencionais de imprensa, sejam os sistemas de peritos da ciência ou o Estado democrático de direito. Cesarino, dessa forma, argumenta que esses sistemas dominantes possuem linguagens, pressupostos e procedimentos análogos – paradigmas compartilhados, em termos kuhnianos. Assim, a crise que atinge um é, do ponto de vista estrutural, a mesmíssima que atinge o outro.

Esses vieses, segundo ela, relacionam-se a uma cronotopologia fractal que segmenta públicos a partir de sistemas algorítmicos – cujo funcionamento é, no mais das vezes, invisível para os usuários comuns –, bem como instaura uma temporalidade de crise permanente, provocando e acelerando a desestabilização dos enquadramentos cognitivos que estruturam o sistema sociotécnico e político vigente.

Nessa linha, a autora se refere à materialidade técnica das *affordances* presentes nas plataformas como indispensável para o estabelecimento dessa crise, tal como a editabilidade, a replicabilidade, a escalabilidade, a buscabilidade e algumas técnicas



ainda mais específicas, como a possibilidade de seguir ou bloquear, de rolar o *feed* de notícias indefinidamente e sem obstáculos, entre muitos outros dispositivos. Os *layouts* desses ambientes digitais foram projetados para facilitar um uso intuitivo de suas propriedades e para induzir determinados comportamentos na manipulação de suas ferramentas.

Retomo assim o formulador da teoria das *affordances* para tornar o argumento de Cesarino mais transparente. O psicólogo James Gibson (2015), em *Ecological approach to visual perception*, no capítulo intitulado “*The theory of affordances*”, trata mais minuciosamente das *affordances* ligadas ao meio ambiente não diretamente criado pelos seres humanos, embora manipulado e alterado por estes, como aquelas ligadas ao solo, à água, à comida, etc. Mas ele também se refere àquelas fabricados pelos seres humanos a partir de substâncias e materiais de origem natural, e podemos facilmente entender que esse seja o caso da internet.

Para Gibson, uma *affordance* pode ser apenas definida na relação entre ambiente e observador, a partir das propriedades e qualidades de determinado objeto “percebidas” pelo usuário, que compreende sua utilidade de imediato. É como se as próprias coisas pudessem comunicar para o que servem e “convidassem” o usuário a fazer determinados usos delas. Essas informações se tornam acessíveis visualmente num ambiente com luz e não necessitam de classificações prévias para serem percebidas. O solo plano, amplo e rígido, com relação aos corpos em questão, por exemplo, propicia a locomoção para animais terrestres, que logo passam a se locomover, mesmo sem o categorizar ou conhecer todas as suas características de forma mensurável. A água pode saciar a sede, mas não é possível andar em cima dela, no caso dos humanos, que, ao perceberem sua superfície fluida, logo desconfiam que ela não pode sustentá-los. Outros animais e plantas podem servir de alimento, algumas frutas são comestíveis para determinadas espécies, mas não para outras. Diferentes espécies possuem diferentes estilos de vida, moldados pelas oportunidades e restrições impostas pelo ambiente em que estão inseridas – mais especificamente, seus nichos ecológicos.

Aqui faço um paralelo com os ambientes digitais. Cada plataforma possui seus próprios recursos e limitações, e seus usuários, ao perceberem as *affordances* destas, fazem delas usos diversos – limitados, porém, às funções que circunscrevem as primeiras. Há também características mais gerais que são compartilhadas por todo o ciberespaço, que podemos metaforicamente remeter ao meio ambiente natural, embora este seja dotado de outras propriedades. Entre as características básicas do digital – as *high level affordances* citadas por Cesarino – estão o binarismo, a fractabilidade, a invertibilidade, a mímesis, a recursividade e a não linearidade. Em todos os



casos, um ponto essencial destacado por Gibson é que as *affordances* não são nem inteiramente físicas, nem psicológicas, elas coexistem em um mundo que é ao mesmo tempo material e fenomênico.

As *affordances* criadas pelos seres humanos, assim como aquelas geradas pela natureza, podem beneficiar ou prejudicar os indivíduos que as utilizam: um penhasco possibilita uma queda, um rio pode propiciar tanto o nado, como a locomoção ou o afogamento. Penso agora no caráter ambíguo das *affordances* digitais, pois elas facilitam a comunicação e a quebra de barreiras espaço-temporais, ao mesmo tempo que promovem consequências imprevistas, como aquelas descritas por Cesarino. Essas *affordances*, para a pesquisadora, propiciaram uma crise política e epistêmica, que tem ganhado escala e rapidez sem precedentes, embora revoluções tecnológicas anteriores tenham contribuído para crises sociais de outros portes.

Nesse sentido, as *affordances* digitais induzem os usuários em determinadas direções. Os algoritmos não humanos presentes nas plataformas segmentam públicos recursivamente, com base não apenas em conteúdos, mas em padrões formais de ressonância identificados por meio de dados pessoais e atividades do usuário. Dessa forma, Cesarino sugere que propagandas sobre tratamento precoce podem ser micro direcionadas para quem compartilha materiais que, de alguma forma, divergem dos protocolos dominantes da medicina estabelecida, como, por exemplo, práticas de fitoterapia e integração de princípios espiritualistas *New Age* com a base biomédica. Os algoritmos identificam, pois, homologias e ressonâncias formais entre conteúdos que transcendem suas especificidades.

No limite, a autora argumenta que os algoritmos entregam para cada usuário um mundo personalizado e uma rede de contatos, que ressoam e, por isso, confirmam “a verdade” desse mundo. Isso abala as condições necessárias para o reconhecimento universal próprio da democracia, gerando, ao contrário, espacialidades fragmentadas, refratadas e parcialmente conectadas, em contraposição ao público dominante, de reconhecimento bifurcado na polaridade amigo/inimigo, numa cronologia acelerada de eventos que impede a estabilização de um enquadramento duradouro e reflexivo. Facilita-se assim a emergência de esquemas simplistas de tipo algorítmico, característicos de camadas pré-reflexivas da mente.

O populismo bolsonarista se projetou na campanha de 2018 utilizando-se, estratégica mas também espontaneamente, dessas condições infraestruturais da internet plataformizada. A corrosão de contextos estáveis entre fato e ficção, por exemplo, tornou difícil auferir a autenticidade de um enunciado ou responsabilizar agentes por mentiras e desinformação, pois propriedades como a autoria se tornam difíceis de rastrear. Da mesma maneira, a veracidade de áudios e vídeos pode ser nebulosa



para o pouco conhecimento técnico do usuário médio. E mesmo o viés de confirmação pode tornar essa questão irrelevante, para quem já está imerso num ambiente em que determinada mensagem faz todo o sentido, por vir do campo amigo (ou o contrário, isto é, ela é automaticamente falsa, por vir do campo inimigo). É nessa esteira que fenômenos adjacentes ao bolsonarismo afloram, tais como os conspiracionismos e demais modalidades do que ficou conhecido como pós-verdade.

A leitura sistêmica de Cesarino ilumina, de fato, aspectos negligenciados por interpretações conjunturais do quadro político e sociocultural. A própria internet, como elucidado pela antropóloga, tem uma política (não necessariamente planejada por seus *designers*) embutida em seu funcionamento sistêmico, que propicia a ascensão da extrema-direita e de públicos conspiratórios e anti-*establishment* de todos os tipos, o que se torna lugar comum em um sistema longe do equilíbrio. A própria ascensão desses grupos teria também a ver com os efeitos adversos provocados pela crise financeira de 2008 e com a neoliberalização crescente de todas as esferas da vida que ressoa no modelo de negócios das plataformas digitais – seus nichos de mercado que vendem como verdade qualquer uma que venda.

Temos aqui, segundo Cesarino, uma transferência de culpa pelos fracassos de segmentos da sociedade que viram suas expectativas de prosperidade desmoronar. Impedidos de enxergar as causalidades estruturais e complexas do próprio sistema capitalista, eles são capturados pela dinâmica populista da direita extremada, na forma de acusação a supostas elites científicas, políticas e midiáticas que conspirariam contra o cidadão de bem, que se esforça honestamente para ganhar o seu sustento, e contra unidades compreendidas como naturais e espontâneas, como a família tradicional, o povo, a nação, Deus, o livre mercado. Elites são sintetizadas na imagem simplificadora e distorcida da ameaça comunista de orientação globalista e autoritária. Há assim inversões antiestruturais em longas cadeias de equivalência entre significantes vazios e seus respectivos significados dinâmicos, transitórios. No Brasil, esses públicos têm uma desconfiança em relação às instituições democráticas que cresceu na esteira do lavajatismo e dos protestos que se iniciaram em 2013. Porém, tais movimentos antiestruturais não indicam uma ruptura linear, mas “a perpetuação contraditória da crise” e de seus *double binds*.

Nos termos rituais de Victor Turner, sustenta Cesarino, nosso sistema político encontra-se numa situação liminar, de crise, em que a “antiestrutura da democracia”, como referido pela autora, emerge com mais força para o centro, empurrando-o para longe do equilíbrio. Na inversão antiestrutural, o que era periférico passa a ser central, levando ao englobamento do contrário, em linguagem dumontiana. Assim, o reconhecimento bifurcado engloba o reconhecimento universal, o privado engloba



o público, a ficção engloba o fato e assim por diante, reposicionando e invertendo o sentido de alguns desses termos. Mas não há retorno à normalidade da ordem social anterior (TURNER, 2008).

Letícia Cesarino pondera que, sem paradigmas comuns sobre os quais estabelecer consensos, esses públicos antiestruturais se organizam politicamente por meio do que Wendy Chun cunhou de hegemonia invertida. É a oposição a um inimigo em comum que une esses segmentos em torno da figura do líder. Para cada público, Bolsonaro representa algo diferente, mas formalmente análogo: uma oposição a algum aspecto do sistema dominante. Contra funcionários públicos, contra a “ideologia de gênero”, contra a ameaça comunista, contra o *establishment* científico, contra a “grande mídia”, por medo de fecharem-se as igrejas evangélicas e assim sucessivamente. A parte reproduz a forma do todo em outra escala. Esse todo é projetado no líder carismático. Tal propriedade de autossimilaridade, que na matemática pertence aos fractais, é propiciada pela máquina de base algorítmica da web plataformizada.

Para entender como esse padrão reverbera, vale mencionar o esquadrinhamento pela autora do caráter mimético das mídias sociais, impulsionado pelas suas *affordances* de compartilhamento e pela copiabilidade, que ganham tração especialmente dentro de determinadas bolhas ou “nichos” orquestrados recursivamente pelos algoritmos. Uma notícia, quanto mais repercutida, mais ganha aparência de verdade e mais gera engajamento. Também o binarismo que caracteriza todo o modo de funcionamento dessa máquina ressoa a lógica populista do “nós” contra “eles”, que se mostrou particularmente eficaz nesses meios. Há também um fator biológico e evolutivo: nesses públicos, como ressaltado pela autora, os binarismos hierárquicos puro-impuro, segurança-perigo, amigo-inimigo ensaiam uma dinâmica grupal que reverbera um modelo já bem conhecido entre outros mamíferos (embora sem abstrações culturais) e que se constituiu através da bagagem evolutiva. Em termos evolucionários, é conveniente estabelecer fronteiras grupais para decidir em quem confiar, enquanto também se demarca uma alteridade potencialmente ameaçadora, não confiável.

Nesse sentido, identificamos como diferentes *affordances* contribuem, de maneira correlacionada, para a instauração da crise sociopolítica em interação com o nosso próprio aparato orgânico. Desde a perspectiva cibernética delineada na obra, podemos visualizar essa crise como uma operação pela qual o sistema político, arrastado para lados opostos por vetores de polarização e inversão de termos, tateia uma nova organização, através de mecanismos neguentrópicos. Estes se baseiam no controle da entropia, a partir de *feedbacks* entre o sistema e o meio, entre aquilo que os constitui e aquilo que os pressiona de fora, por meio da informação que denota uma incompatibilidade a ser resolvida e integrada ao sistema.



Nesse ponto, aprofundo a questão com ajuda do filósofo da técnica Gilbert Simondon (2012). Tal sistema de retroalimentação com o meio pode ser lido como processos estruturados de individuação. A individuação a que se refere Simondon é um fenômeno muito amplo, que se aplica desde a realidade física e quântica até as dimensões psicossociais e políticas. Ele considera que a individuação se encontra dentro de um espectro mais vasto do ser, consistindo-se em fases específicas a partir das quais o ser se individua. A fase anterior seria pré-individual, não sendo possível estabelecer fronteiras discretas entre entes ou substâncias. Quando o ser se individua se estruturando – em um composto atômico, um organismo vivo, um sistema político ou ainda em uma psique humana –, a carga pré-individual é conservada na forma de devires e potenciais, traduzidos no conceito de energia potencial do sistema. Em outras palavras, o indivíduo não esgota as possibilidades do ser; ele somente pode ser separado do meio e de outros indivíduos de maneira incompleta. É por essa razão que o ser transborda no indivíduo, trazendo uma problemática a ser solucionada, presente na “informação”, que é, por sua vez, identificada pela ressonância interna – outro conceito utilizado pelo autor –, iniciando uma interação comunicativa em torno do conflito para controlar a entropia.

Questiono, então, se a própria “democracia” ou a “ciência oficial”, ao se individuem sucessivamente a partir da sua incompletude, sua capacidade de devir e suas tensões com o meio, não estariam tateando uma resolução de suas próprias contradições, ao se confrontarem com outros sistemas e valores. A pergunta parece estar em sintonia com os argumentos desenvolvidos pela autora, embora seja formulada com outros termos. Esses processos, contudo, agem na escala do sistema, articulando agentes humanos e não humanos: máquinas, usuários, sistemas sociotécnicos e políticos, etc. Portanto, eles acontecem à margem da consciência humana, no nível do pré-reflexivo, alterando as estruturas coletivas e psíquicas sem necessariamente serem percebidos.

Cesarino afirma que, contraditoriamente, há a crença na liberdade de pensamento. Desconhecem-se os mecanismos cognitivos envolvidos, bem como o fato de que a internet não é uma ferramenta neutra, mas introduz ativamente direcionamentos. Sob essa ótica, há mais passividade dos usuários e mais atividade dos algoritmos, numa relação de coemergência entre algoritmos humanos e não humanos (mente e máquina). A ilusão de autonomia e livre pensamento apenas reforça o poder dos algoritmos, que agem sem que os internautas se deem conta.

A autora não ignora a agência dos usuários, já que se refere à ação tática de influenciadores que conhecem os mecanismos de funcionamento das plataformas (numa triangulação com usuários comuns e sistemas algorítmicos), mas nitidamente



acentua a agência do sistema em detrimento do agente individual, ele mesmo lido, em grande medida, como um sistema cibernético. A sua hipótese de que a cognição estaria sendo pressionada para o nível dos processos primários convida-nos a pensar que a reflexão encontra-se reduzida, nos aproximando ainda mais das máquinas – um efeito buscado ativamente pela arquitetura das mídias baseadas em uma concepção maquínica da psique.

O nível de agência destacado pela autora se dá no plano holístico do sistema. Aqui vale lembrar a sua referência a Prigogine e Stengers, quando menciona uma analogia com o sistema físico da convecção de fluidos. Após as moléculas terem sido aquecidas por determinado tempo, atingem certo limiar, deixando de apresentar comportamento estável e previsível. Do ponto de vista de quem observa, parece haver apenas caos, e na perspectiva molecular local, qualquer movimento representa um salto no escuro, mas na dimensão sistêmica global, as moléculas se reorganizam em busca de um novo patamar de ordem, mais complexa. Poderíamos dizer algo similar da atual crise política mediada materialmente pela infraestrutura cibernética. Nesse momento liminar, enxergamos apenas desordem. O que pode nossa capacidade reflexiva contra fenômenos que extrapolam nosso campo de visão e que se movem através de forças não completamente conhecidas ou controladas?

Trata-se de um diagnóstico cibernético com influências também do estruturalismo e estrutural-funcionalismo e, como tal, afasta-se de visões que enfatizam a capacidade reflexiva dos sujeitos em meio às estruturas sociais – noções materializadas em diversas teorias da agência humana, por exemplo, nas de Margaret Archer (2011), Anthony Giddens (2003) ou Sherry Ortner (2007). Sem dúvida, um contraponto importante para reavaliarmos o papel de estruturas, até certo ponto, trans-históricas, mas sempre recombinantes, presentes no nível da cognição, da biologia e da própria cultura (inclusive técnica e material). Finalmente, a autora reforça sua posição a respeito da agência sistêmica, pois acredita que, se houver uma saída para o capitalismo – atualmente em processo de *runaway* (*feedback* positivo descontrolado), diante de desafios como a iminente crise climática e sucessivas crises sociais –, ela está na própria capacidade do sistema de se reorganizar a partir de uma pressão vinda de fora.



REFERÊNCIAS

- ARCHER, Margaret. Habitus, reflexividade e realismo. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 157-206, 2011.
- GIBSON, James. **The Ecological approach to visual perception**. London and New York: Psychological Press, 2015.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. (Tradução Álvaro Cabral). São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ORTNER, Sherry. Conferências de Sherry B. Ortner. In: GROSSI, Miriam et al. (org.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Brasília: ABA/Nova Letra, 2007. p. 17-80.
- SIMONDON, Gilbert. A individuação à luz das noções de forma e informação: introdução. Tradução de Pedro Ferreira e Francisco Caminati. **CTEME** (online), Campinas, Grupo de Pesquisa Conhecimento, Tecnologia e Mercado, p. 1-12, 2012. Disponível em: <https://cteme.files.wordpress.com/2011/05/simondon_1958_intro-lindividuation.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- TURNER. Victor. **Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana**. Tradução de Fabiano Moraes. Niterói: EdUFF, 2008.

Recebido em: 5/12/2022
Aprovado para publicação em: 20/03/2023

